

EDUCAÇÃO

V.12 • N.1 • Publicação Contínua - 2023

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2023v12n1p334-344



## A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DOCENTE: POR UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA QUE EDUQUE PARA EQUIDADE

THE GENDER PERSPECTIVE IN TEACHER TRAINING: FOR A PEDAGOGICAL PRACTICE THAT EDUCATES FOR EQUITY

LA PERSPECTIVA DE GÉNERO EN LA FORMACIÓN DOCENTE: POR UNA PRÁCTICA PEDAGÓGICA QUE EDUQUE PARA LA EQUIDAD

Vanessa Maria de Oliveira Borges<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo se propõe a refletir sobre a importância dos processos formativos de professores, com recorte para a formação inicial em pedagogia, no intuito de coibir a reprodução de estereótipos e preconceitos relativos à categoria de gênero, capacitando docentes para educar meninos e meninas para superar diferenças, e não para conformar a manutenção de papéis sociais desiguais. Desse modo, o objetivo principal desta investigação é identificar como a inclusão da perspectiva de gênero na formação inicial docente pode contribuir para uma educação emancipatória e não discriminatória. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa se estruturou a partir de critérios qualitativos e foi pautada em um levantamento bibliográfico e posterior aplicação de questionário com perguntas objetivas e subjetivas sobre o tema, para que os(as) estudantes do curso de Licenciatura do Centro Universitário Jorge Amado (BA) pudessem narrar livremente suas experiências acerca das perspectivas de gênero em suas formações em pedagogia.

### PALAVRAS-CHAVE

Formação Docente. Relações de Gênero. Equidade. Pedagogia.

## ABSTRACT

This article proposes to reflect on the importance of teacher training processes, with a focus on earlier training in pedagogy, in order to avoid reproducing stereotypes and prejudices related to gender categories, enabling teachers to educate boys and girls to overcome differences and not to conform to the maintenance of unequal social roles. Thus, the main objective of this investigation is to identify how the inclusion of a gender perspective in teacher education can contribute to an emancipatory and non-discriminatory education. To achieve this objective, the research was structured from qualitative criteria and was based on a bibliographic survey and subsequent application of a questionnaire with objective and subjective questions on the subject, so the students of the Pedagogy course at Centro Universitário Jorge Amado (BA) could freely narrate their experiences about gender perspectives on their education in pedagogy.

## KEYWORDS

Teacher Training. Gender Relations. Equity. Pedagogy.

## RESUMEN

Este artículo se propone reflexionar sobre la importancia de los procesos de formación docente, con foco en la formación inicial en pedagogía, para frenar la reproducción de estereotipos y prejuicios relacionados con las categorías de género, capacitando a los profesores y a las profesoras para educar niños y niñas en la superación de las diferencias, y a no conformarse con el mantenimiento de roles sociales desiguales. Así, el objetivo principal de esta investigación es identificar cómo la inclusión de la perspectiva de género en la formación inicial docente puede contribuir a una formación emancipadora y no discriminatoria. Para lograr este objetivo, la investigación se estructuró a partir de criterios cualitativos y se basó en un levantamiento bibliográfico y en la posterior aplicación de un cuestionario con preguntas objetivas y subjetivas sobre el tema para que los/las estudiantes del curso de Pedagogía del Centro Universitario Jorge Amado (BA) narren libremente sus experiencias sobre la perspectiva de género en su formación en pedagogía.

## PALABRAS CLAVE

Formación de profesores. Relaciones de género. Equidad. Pedagogía.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a refletir sobre como as práticas escolares contemporâneas, que se relacionam diretamente com a formação de professores, podem reproduzir estereótipos e preconceitos relativos à categoria de gênero, educando meninos e meninas não para superar diferenças, mas para conformar a manutenção de papéis sociais desiguais.

Embora a escola deva ser um *locus* político-pedagógico para discussões acerca da diversidade e equidade de gênero, muitas vezes ela acaba se estabelecendo como um espaço reprodutor de intolerância e preconceito. Nesse sentido, o papel do professor, enquanto sujeito reflexivo, é essencial para promover práticas que fomentem um cotidiano escolar pautado no respeito às diferenças e que proporcionem – igualmente a meninas e meninos – uma educação emancipatória. Essa reflexão, que deve ser inerente à atividade docente, é o que vai propiciar ao professor a avaliação permanente de seu trabalho, e a adaptação/reajuste - sempre que se faça necessário - de seus métodos, planejamentos e práticas para construção de saberes. Segundo Monteiro (2019):

A identidade do professor é um processo que reúne a significação social da profissão, a revisão das tradições, a reafirmação das práticas consagradas com as novas práticas, o conflito entre a teoria e a prática, a construção de novas teorias. Este é um processo contínuo que envolve um ciclo entre construção e reconstrução permanente que tem como princípio o caráter questionador, crítico e reflexivo que o professor deve assumir.

Dessa forma, entendendo a importância da formação inicial docente como instância geradora da sua *rationale* e o papel dos professores e das professoras como formadores capazes de educar para minimizar distorções sobre o papel e a função de mulheres e meninas nas dinâmicas sociais, o problema que se pretende pesquisar é o que segue: de que maneira a instrução de docentes reflexivos, a partir de suas formações iniciais, se coloca como fundamental para evitar a desinformação e a ascensão de concepções reducionistas de gênero na escola (e consequentemente na sociedade)?

Para responder à pergunta de pesquisa, é necessário que nos debruçemos sobre um conceito chave para esta pesquisa, que é o de gênero, entendido aqui em sua perspectiva histórica vinculada às lutas feministas, que refutam as explicações meramente biológicas para as desigualdades. Segundo Louro (2003, p. 26), a palavra gênero faz referência “[...] ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico”. Gênero pode, então, ser definido como a forma pela qual características femininas e masculinas são entendidas e construídas socialmente: “[...] são as formas pelas quais a cultura e a sociedade enxergam maneiras distintas de viver para as pessoas segundo seu sexo” (LOURO, 2003, p. 26).

Dessa forma, o objetivo principal desta pesquisa é identificar como a inclusão da perspectiva de gênero na formação inicial docente pode contribuir para uma educação emancipatória e não discriminatória. Como objetivos específicos, tem-se o que segue: (1) verificar a existência da inclusão da perspectiva de gênero na formação inicial dos pedagogos, considerando o recorte do Centro Universitário Jorge Amado; (2) analisar como os professores e as professoras em formação entendem políticas de

equidade de gênero em práticas pedagógicas não-discriminatórias, considerando o recorte do Centro Universitário Jorge Amado; e (3) identificar, no contexto da investigação, atividades e práticas docentes desenvolvidas que evidenciem a importância da promoção da igualdade de gênero no interior das escolas.

A perspectiva teórico-metodológica da pesquisa levará em consideração os estudos pós-críticos da educação (MEYER; PARAÍSO, 2012) sendo norteadas pelas narrativas de desconstrução das percepções antagônicas entre masculino e feminino, considerando que “[...] qualquer verdade ou certeza está ancorada no que é possível conhecer num dado momento, portanto é provisória e situada” (LOURO, 2007, p. 241). A organização metodológica da pesquisa a estruturará a partir de critérios qualitativos e pautada em um levantamento bibliográfico e posterior aplicação de questionário com perguntas objetivas e subjetivas sobre o tema, para que os(as) participantes possam narrar livremente suas experiências acerca das perspectivas de gênero em suas formações em pedagogia.

Para tanto, buscando conhecer experiências daqueles que tem familiaridade com o problema pesquisado (GIL, 2002, p.41), será aplicado às/aos acadêmicos(as) do último semestre do curso de licenciatura EAD em Pedagogia, do Centro Universitário Jorge Amado, um questionário com perguntas que investigam se os conceitos e as práticas vivenciados na graduação fomentam discussões e favorecem a superação do modelo sócio-hegemônico estabelecido no que diz respeito à percepção de gênero.

A partir das respostas obtidas, será realizada uma revisão de literatura sobre como a formação docente se coloca enquanto elemento central para que a escola seja um espaço de reflexão crítica e superação das desigualdades de gênero.

Essa pesquisa se justifica não apenas por estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a educação infantil, que recomendam o trabalho pedagógico sobre gênero (com as devidas adaptações a cada faixa etária); mas pelo entendimento da igualdade de gênero como um direito humano fundamental e necessário para a construção de um mundo pacífico, próspero e sustentável, tal como preconizado pela ONU em seu Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 05: igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Uma análise histórica nos mostra que em seus primeiros períodos, os cursos de Pedagogia eram essencialmente compostos por estudantes do sexo feminino (FARIA FILHO; MACEDO, 2004), resultante decorrente – principalmente – das convenções sociais que vinculavam o “cuidar” ao “dom materno” das mulheres. Essa narrativa tem efeitos sociais na educação dos sujeitos até hoje, pois é possível perceber uma orientação pedagógica tácita em educar meninas para que elas aprendam habilidades e características consideradas femininas, diferenciando – para tanto – brincadeiras e comportamentos considerados aceitos, daqueles que são proibidos e desaconselháveis para elas.

Nesse contexto, o desenvolvimento desta pesquisa se pautou nas reflexões da autora acerca da necessidade de se promover discussões sobre gênero quando da formação de professores e professoras, entendendo que apenas essa prática vai possibilitar mudança de atitudes e concepções na prática docente. Um currículo que ofereça aos seus estudantes possibilidades de debater questões de

gênero, não apenas a partir dos componentes curriculares específicos (ou que fomentem discussões sobre o tema), mas de espaços de aprendizagem que promovam formulações acadêmicas críticas e compartilhamento de experiências pessoais, contribui para uma formação integrada entre as esferas acadêmica, política e social no contexto escolar.

Para tanto, pensando na problematização das questões de gênero no ambiente acadêmico, especificamente em seu pouco destaque no currículo de formação em Pedagogia – e em como sua ausência corrobora com a manutenção do discurso hegemônico que estabelece papéis sociais pré-determinados para meninas e mulheres – foi elaborado um questionário com oito perguntas abertas, que foi encaminhado para as/os discentes do oitavo período do curso de Pedagogia Ead, do Centro Universitário Jorge Amado.

Para a coleta dos dados exploratórios, o questionário foi escolhido como instrumento de pesquisa, visto que atende aos objetivos propostos, garantindo o anonimato das respostas e sua realização de maneira rápida e eficiente (GIL, 2002). A partir das questões remetidas aos discentes, e tendo em vista a pergunta central desta pesquisa, foi feita a análise dos dados com base em alguns fundamentos teóricos imprescindíveis para a discussão.

O questionário encaminhado foi respondido por 30 colegas, estudantes do último ano do curso de pedagogia da Unijorge, que registraram seus entendimentos quanto à discussão sobre gênero na escola e puderam externalizar também suas opiniões acerca dos debates sobre o tema, ocorridos durante sua formação universitária. O questionário foi composto por oito questões abertas, conforme segue:

- 1) Como você conceitua a palavra “gênero”?
- 2) Você acredita que mulheres não conseguem ou não devem exercer papéis/funções que os homens? Por que motivo?
- 3) O que é feminismo para você?
- 4) Você acredita que é papel da escola educar meninos e meninas de forma igual? Por que motivo?
- 5) Durante o curso de Pedagogia, você se recorda de ter estudado questões relativas à igualdade de gênero? Em que momento?
- 6) Você acredita que, de modo geral, as escolas reforçam uma educação machista quando estabelecem brincadeiras “de menino” e “de menina”?
- 7) Você acredita que inclusão da temática de gênero e diversidade no currículo do curso de Pedagogia contribuiria para a formação de um docente mais apto a combater o sexismo em sala de aula ou esses assuntos devem ser tratados apenas no escopo das famílias? Por que motivo?
- 8) Em sua opinião, o que é necessário para que o trabalho sobre as relações de gênero ocorra em plenas condições na sala de aula?

## 2.1 RESULTADOS ENCONTRADOS

Sobre a questão 1, que indagava o entendimento da palavra “gênero”, mais da metade dos estudantes respondentes ao questionário o definiram como masculino e feminino, enquanto apenas oito

mencionaram características sociais e de determinação de identidade na identificação do gênero. Sabemos que o uso da palavra gênero ainda desperta dúvidas conceituais, o que só reforça a necessidade de se trabalhar, nas diversas esferas da formação docente, discussões sobre a influência das relações patriarcais de poder na conformação do comportamento de homens e mulheres, e da hierarquia – socialmente construída – que coloca o sexo feminino em desvantagem em relação ao masculino.

Sobre o exercício de papéis diferentes entre homens e mulheres, questão 2, quatorze respondentes citaram a luta das mulheres por conquista de novos espaços e/ou os preconceitos e barreiras enfrentados por elas no mercado de trabalho. Sete estudantes expressaram dúvidas em relação à capacidade feminina no exercício de funções sócio historicamente consideradas masculinas, dentre esses sete respondentes, um ressaltou de forma bastante contundente o entendimento de que os compromissos fundamentais “e naturais” das mulheres se assentam nos papéis de esposa e mãe, e que a ampliação de seus espaços de ação é algo fora dos padrões ideais de conservação dos laços familiares.

A lógica da argumentação daqueles que atribuem à mulher a incompetência para o exercício de determinadas funções, sabendo que os papéis outorgados a homens e mulheres conformam as relações entre os gêneros, reforça uma perspectiva machista de desmerecer o trabalho feminino ao mesmo tempo em que estabelece uma valorização positiva – como aponta Bourdieu (1995) – das atividades desenvolvidas por homens, ainda que essas sejam atividades histórica e socialmente atribuídas às mulheres, como a costura e a gastronomia. Por essa lógica, o que confere às funções um caráter meritório não é o produto das realizações, mas quem as realiza.

É preciso, portanto, enquanto pedagogos e pedagogas, levantar nossas vozes contra a empreitada hegemônica patriarcal que oprimiu e calou meninas e mulheres por tempos demais, mantendo-as na “menoridade humana” (WOLLSTONECRAFT, 2016), impondo-lhes historicamente a supressão de direitos e de possibilidades de reivindicação, sempre a partir de um discurso que encontra empatia e abrigo nos modelos conservadores de educação.

A pergunta 3, sobre a percepção dos/das estudantes acerca o feminismo, foi uma das mais emblemáticas, pois demonstra desconhecimento e interpretações pejorativas sobre o tema. Respostas que vinculam aquele conceito à subjugação dos homens pelas mulheres, a um movimento radical ou à simplória ideia de “mulheres que não se depilam” (respondente 8), desqualificam, deturpam o movimento e – vindo de pedagogos/as em formação – colaboram com a manutenção do status quo patriarcal e machista, que infelizmente ainda é realidade em nosso país. Uma das principais pautas do movimento feminista é a inserção igualitária das mulheres na educação e no mercado de trabalho, como forma de possibilitar a emancipação feminina, nada tendo a ver com as interpretações estereotipadas e preconceituosas.

Sobre o papel da escola em promover uma educação para a equidade, questão 4, surpreendentemente, 1/3 dos respondentes afirma que não cabe ao professor/escola esse dever, mas apenas à família. Um dos estudantes chegou a responder que “[...] O papel de educar é dos pais e da igreja, a escola tem apenas o papel de ensinar e ao professor compete apenas dar aula” (respondente 3).

Essa percepção da escola, descolada de sua natureza emancipatória, reflete a preocupação de Mészáros (2008) de que a educação formal se acomode em uma função de produzir conformidade, ao invés de educar - em igualdade de condições - todos os sujeitos. Ultrapassar o senso comum, é

necessário não apenas para aqueles que exercem – ou pretendem exercer – a função de pedagogo/a, como a todos os atores envolvidos no processo educativo.

É imperativo, entendendo que toda prática docente se encontra imersa em uma perspectiva política, que ela se coloque de forma comprometida com a realidade social da qual faz parte. Dessa forma, ainda que o processo de educar não possa ser pensado apenas a partir da perspectiva da formação do indivíduo dentro da sala de aula, é dali que se forja a consciência democrático-cidadã, promotora de mudanças sociais para além dos muros da escola. Por isso a importância em se discutir a práxis-educacional como ferramenta de desconstrução da educação bancária e sinalizá-la enquanto ação libertadora (FREIRE, 2009)

Sabe-se que a herança cristã impacta sobremaneira as relações sociais em nosso país – e a educação nunca esteve à margem dessa influência:

O catolicismo, como se conhece, atuava com muita força no Brasil no início do século XX. Associada às ideias republicanas, a Igreja Católica difundia concepções de formação de uma nação alinhada à moral cristã. Desse modo, a educação, entendida como elemento do ideal civilizatório, constituiu um campo de disputas entre católicos e defensores do ensino leigo. (LAUFF; SIMÕES, 2022, p.).

Não se pode, entretanto, permitir que esse legado confunda ou defina os espaços destinados à educação e à fé, sob pena de comprometermos a efetivação substancial do direito fundamental à educação para moldá-la a cânones e dogmas religiosos.

Na pergunta 5, se os/as estudantes recordavam de terem estudado questões relativas à igualdade de gênero, quando de seu curso de licenciatura, apenas doze responderam de forma afirmativa, mas pareceram um pouco confusos em identificar em quais momentos isso ocorreu, como nas respostas dos respondentes 1 e 9: “Me recordo pouco, e como estudamos algumas disciplinas relacionado a isso em pensamentos históricos e tal... mas sabemos que ainda existe o machismo e o se achar superior ao sexo feminino” (sic); “Fiz alguns cursos entre ele o de Educação social e inclusiva. Acho que tem alguma coisa a ver” (sic). Segundo Meyer (1999, p. 81):

Professores e professoras estão bastante implicados/as na produção e reprodução dos discursos e práticas [...] neste sentido, cursos e currículos de formação de professores e professoras constituem uma instância-chave de formação de sujeitos.

Nesse sentido, é fundamental que os currículos das licenciaturas, especialmente os de pedagogia, contemplem sua função social de formar docentes aptos e aptas a promover a igualdade entre os sujeitos, contemplando as necessidades recorrentes dos educandos.

Sobre a separação entre brincadeiras “de menina” e “de menino” na escola, questão 6, doze respondentes afirmaram que essa categorização reforça uma percepção machista e prejudicial à educação das crianças, mas salientaram que em suas práticas profissionais/estágios, têm se deparado com professores bastante engajados em promover essa mudança.

Segundo Louro (2003), a percepção das relações históricas de poder é indispensável para que se compreendam práticas socialmente produzidas no intuito de reforçar o controle masculino sobre as mulheres, estabelecendo – dessa forma – lugares sociais diferenciados para os gêneros. Isso é notório quando percebemos, na escola, os papéis e as expectativas sobre os comportamentos de meninos e meninas: a elas é esperada uma conduta delicada, sensível, organizada; enquanto para aqueles parece haver uma convivência maior com condutas mais “agressivas” e desobedientes.

A mesma autora problematiza o estabelecimento de brincadeiras “de menino” e “de menina” sugerindo que quando uma criança externalizar a vontade de conhecer outros tipos de brinquedos, diferentes daqueles estabelecidos como dentro do escopo do seu gênero, pais e professores devem se perguntar: por que não?

Sobre a pergunta 7, a maioria dos/das estudantes responderam que é importante haver uma adequação no currículo dos cursos de pedagogia, para que o tema seja trabalhado com mais frequência, enquanto sete advogam na perspectiva de relegar as discussões sobre gênero a outras instâncias sociais, como a família ou a igreja.

Essa perspectiva, considerando dois respondentes que citaram a igreja enquanto instância que “substitua” a escola nas discussões sobre gênero, causa-nos uma certa apreensão, tendo em conta que muitos discursos religiosos se assentam na submissão da mulher aos homens “provedores e protetores” da família (pais e/ou maridos).

A última pergunta, sobre o que é necessário para que o trabalho sobre as relações de gênero ocorra em plenas condições na sala de aula, trouxe a preocupação de três respondentes em relação a constrangimentos e desconfortos que os professores podem enfrentar (quando do levantamento do tema em sala de aula), se não tiverem tido uma boa formação que os prepare para tanto; quatro estudantes responderam que o tema deve ser abordado de forma natural, dentro da perspectiva da igualdade de deveres e direitos; cinco respondentes assinalaram a necessidade de entender melhor sobre o assunto antes de ter segurança para abordá-lo em sala de aula, além da dificuldade de fazê-lo sofrendo pressão de pais e de dirigentes da escola; um estudante não respondeu à questão e dois demonstraram preocupação de que discussões sobre “ideologia de gênero” em sala de aula, incentivem o “[...] aparecimento de relações homossexuais, que virou modinha entre os jovens”.

Esse tipo de percepção falaciosa e de orientação política enviesada sobre o tema, tem alcançado cada vez mais o sistema educativo, gerando críticas e até mesmo constrangimentos a professores e escolas que se propõem a discutir o tema de forma séria e dentro do escopo científico. A constância com a qual esse tipo de entendimento distorcido tem aparecido nas discussões sobre educação no Brasil, ressalta, ainda mais, a necessidade de se discutir o tema de forma mais assertiva, quando da formação de professoras e professores.

Foi possível perceber, a partir dos relatos das estudantes, que os currículos precisam incorporar a temática das relações de gênero de forma transversal, construindo práticas pedagógicas que promovam um avanço na formação docente, no que diz respeito à equidade de gênero, priorizando a formação de pedagogos com consciência dos seus deveres concernentes à construção de uma sociedade democrática e mais próxima dos ideais de justiça social.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola desempenha um papel complexo e fundamental na formação dos sujeitos, se assumindo enquanto espaço cuja função social extrapola a simples transmissão de conteúdos. O bom cumprimento dessa atuação, entretanto, exige que ela esteja atenta às mudanças e demandas sociais, para que desigualdades não sejam reproduzidas em um discurso hegemônico que marginaliza grupos já excluídos e silenciados. Ganha destaque nesse processo, o papel do professor, uma vez que se assenta nele, “a responsabilidade fundamental do discurso e sua capacidade de produzir, reproduzir e sustentar as formas de dominação ou de enfatizar os desafios e as possibilidades de resistência em relação às questões de gênero” (JAKIMIU, 2011, p.3561).

Essa compreensão dialoga com pensamento de Gatti (2013), de que é necessário promover uma atualização permanente da formação docente, para que ela responda às expectativas e necessidades do seu tempo. O paradigma da educação que emerge no novo milênio pressupõe um compromisso com a construção de uma escola justa, “que faz justiça social, que sem degenerar, inclui, não exclui e qualifica as novas gerações [...] lida com as heterogeneidades, as respeita e leva a aprendizagens eficazes” (GATTI, 2013). Abordar as relações de gênero – de forma transversal – nos currículos dos cursos de Pedagogia, conscientizando os diversos atores envolvidos no processo educacional é, portanto, um fator decisivo na construção de uma educação que busque e fomente a equidade entre meninos e meninas.

Nessa perspectiva, discutir como currículos, processos de formação inicial e práticas docentes podem fomentar a reprodução das relações de gênero - socialmente construídas e pautadas em assimetrias de poder - é fundamental para não acabar reforçando práticas e elementos do cotidiano escolar que simbolicamente cristalizam essas concepções.

Diante das respostas colhidas na pesquisa, pode-se afirmar que a maior parte delas demonstrou – ainda que nem sempre refletisse uma opinião conceitualmente estruturada sobre o tema – um direcionamento progressista daqueles estudantes em formação, no sentido de reconhecer a importância das discussões sobre gênero em sala de aula como necessárias para romper os fundamentos pseudocientíficos que limitam e oprimem as mulheres. Por outro lado, percebemos também que ainda persiste – em alguns desses estudantes que dentro em pouco se tornarão pedagogos, a replicação de uma perspectiva sexista e estereotipada do estabelecimento da dicotomia homem x mulher em uma lógica de superioridade do primeiro.

Ao refletir, portanto, sobre tais questões no decorrer desta pesquisa, no intuito de ponderar sobre a constituição de um cotidiano escolar forjado em uma perspectiva emancipatória e igualitária, necessariamente refletimos também sobre se e como a formação docente proporciona e/ou influencia essa tomada de consciência por parte do pedagogo; de que é necessário entender e trabalhar a temática das relações de gênero – e das desigualdades oriundas dessas e ancoradas em relações patriarcais históricas – para concretizar sua prática educacional a partir de uma pedagogia efetivamente comprometida com a transformação da condição feminina.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez. 1995.
- FARIA FILHO, L. M.; MACEDO, E. F. P. **A feminização do magistério em minas gerais (1860-1910):** política, legislação e dados estatísticos. Congresso Brasileiro de História da Educação, 3, 2004. Anais[...], Curitiba, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- GATTI, B. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**, UFPR, Curitiba, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- JAKIMIUI, V. C. L. Violência simbólica nas relações de gênero: caminhos para promover uma educação emancipatória. In: BONA JÚNIOR, A. (org.). **A sexualidade em questão: estudos e subsídios sobre o abuso e a educação sexual de crianças e adolescentes**. União da Vitória, PR: Uniporto, 2011
- LAUFF, Rafaelle; SIMÕES, Regina Helena. Pedagogia e didática de Judith Leão Castello na formação de professores no Espírito Santo (1930-1937). **Revista Interfaces Científicas**, v. 11, n. 2, p. 109 a 119. Aracaju, 2022.
- LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 7-34.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estrutura-lista**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MEYER, D. E. Etnia, raça e nação: o currículo e a construção de fronteiras e posições sociais. In: COSTA, M. V. (org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 69-83
- MONTEIRO, S. A. (org.). **Formação docente: princípios e fundamentos**. Ponta Grossa: Atena, 2019.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

---

**Recebido em:** 10 de Maio de 2022

**Avaliado em:** 25 de Outubro de 2022

**Aceito em:** 10 de Julho de 2023

---



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

---

1 Doutora em Educação, Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Mestra em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador; Bacharela em Relações Internacionais e em Administração, Centro Universitário Jorge Amado; Licenciada em pedagogia, Centro Universitário Jorge Amado; Gestora do CORES Hub Educacional; Professora formadora do Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal da Bahia – EAD/UFBA; Foi professora visitante na Institución Universitária Politécnico Granacolombiano (Bogotá) e Faculty Advisor do International Model United Nations (World Federation of United Nations Association - WFUNA); Sócia plena da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI); Membro titular da International Studies Association (ISA); Pesquisadora nas áreas de Relações Internacionais e Temas Sociais, Internacionalização de Instituições de Ensino e Políticas educacionais; Vencedora dos prêmios “Deborah Gerner Innovative Teaching in International Studies” 2018 (ISA) e “Teacher of the Year” 2016 (Illumno Network). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0229-1863>. E-mail: [vanessaborges23@gmail.com](mailto:vanessaborges23@gmail.com)



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaigual CC BY-SA

